

PERSPECTIVAS 2006 | POLÍTICAS SOCIAIS

É possível reduzir mais a desigualdade

A experiência dos últimos três anos no país demonstra a importância da construção e da consolidação de uma rede de proteção social centrada no Programa Bolsa Família

Ricardo Paes de Barros*



Paulo Jabur

Ao longo dos anos 80 e 90, embora a desigualdade de renda no Brasil tenha flutuado consideravelmente, ela não apresentou qualquer tendência a declínio. De fato, independentemente da medida adotada, o grau de desigualdade de renda ao final da década de 90 era maior do que no início dos anos 80 (veja Tabela 1).

Mas a partir de 2001 esse cenário mudou e a desigualdade de renda no país passou a cair de forma sistemática. Hoje o grau de desigualdade vigente é o menor dos últimos 25 anos (veja Gráfico 1), fazendo com que a proporção da renda apropriada pelos 50% e 40% mais pobres da população nunca tenha sido tão elevada e a apropriada pelos 10% mais ricos nunca tenha sido tão reduzida.

Além dessa queda na desigualdade, entre 2001 e 2004 também a pobreza e a extrema pobreza caíram cada uma 2 pontos percentuais. Uma vez que a renda per capita declinou no período, toda a queda na pobreza e na extrema pobreza deveu-se a concomitante redução no grau de desigualdade.

Apesar da expressiva melhora distri-

butiva nos últimos anos ter tido grande impacto sobre a pobreza e sobre a extrema pobreza, o grau de desigualdade de renda do país segue ainda muito elevado. A renda dos 10% mais ricos é 20 vezes maior que a dos 40% mais pobres e a fatia da renda total apropriada pelos 50% mais pobres é muito similar à apropriada pelo 1% mais rico da população. Além disso, essa queda na desigualdade não foi suficiente para alterar significativamente nossa posição no ranking mundial. Em 2001, 94% dos 124 países para os quais contamos com informações sobre o Coeficiente de Gini apresentavam desigualdade de renda menor que a brasileira. Em 2004, após essa importante redução no grau de desigualdade, 91% dos países permanecem com menor grau de desigualdade que o Brasil. Estamos ainda muito distantes do padrão mundial. Para chegarmos a uma situação em que 66% dos países do mundo tivessem desigualdade menor que a brasileira, mantida a desigualdade nos demais países, seria necessário que a queda de desigualdade verificada no triênio 2001-2004 persistisse por 19 anos.

Mas de onde vem essa queda na desigualdade brasileira? Embora ela não possua uma única origem nem seja resultado de uma única política, boa parte dela decorreu da implantação de programas de transferência de renda com condicionalidades, os quais foram, em sua maioria, integrados ao Programa Bolsa Família. A Tabela 2 apresenta duas evidências da importância dessas transferências. Por um lado, revela que, na ausência dessas transferências, a desigualdade teria passado por uma redução 20% inferior à efetivamente ocorrida. Por outro lado, revela que, se a distribuição dessas transferências não tivesse se alterado no período, a redução no grau de desigualdade também seria 20% inferior. A importância das transferências para explicar a significativa queda no grau de desigualdade não surpreende. Afinal, aumentou substancialmente a porcentagem da população pobre com acesso a essa fonte de renda.

Outro fator que explica a queda na de-

sigualdade de renda é a redução da desigualdade educacional e seus efeitos. Se retirarmos da desigualdade de renda a parcela proveniente das diferenças de escolaridade entre trabalhadores, a queda na desigualdade no período 2001-2004 teria sido 12% inferior à verificada, indicando que a contribuição da queda na desigualdade educacional para a queda na desigualdade de renda foi de 12%.

Também contribuíram para a redução no grau de desigualdade a queda na taxa de desemprego, que passou de 9,5% em 2001 para 9,1% em 2004, e o aumento real de 6% no nível do salário mínimo. A importância da redução na taxa de desemprego é pequena, uma vez que explica apenas 2% da queda na desigualdade de renda. Já a contribuição do aumento no salário mínimo é bem maior, respondendo por 8% da queda na desigualdade. Metade dessa contribuição resulta do aumento no valor das pensões e aposentadorias e metade resulta do aumento da remuneração de trabalhadores formais e informais que recebem algo próximo ao mínimo.

Em suma, a evolução recente da distribuição de renda brasileira descortina possibilidades. Demonstra que é possível reduzir o grau de desigualdade no país de forma sistemática e acentuada. Revela que tais reduções são instrumentos efetivos para o combate à pobreza e, em particular, à extrema pobreza, mesmo na ausência de crescimento econômico. Além disso, a experiência desses últimos três anos aponta caminhos para a redução da desigualdade no país. Demonstra a importância da construção e da consolidação de uma rede de proteção social centrada no Programa Bolsa Família. Sua contribuição para a queda na desigualdade foi 2,5 vezes maior que a do aumento do salário mínimo. Por fim, encontramos também evidência de que é fundamental para a redução na desigualdade de renda no país um contínuo e acelerado processo de expansão educacional.

Ricardo Paes de Barros é pesquisador do Ipea
 (*) Colaboraram Mirela de Carvalho e Samuel Franco

Tabela 1 Evolução da desigualdade de renda no Brasil (1981-1999)

Indicadores	1981	1999	Desigualdade média	
			1981-1985	1995-1999
Coefficiente de Gini	0,584	0,595	0,593	0,600
Razão entre a renda média apropriada pelos 20% mais ricos e pelos 20% mais pobres	23,7	26,9	24,5	28,4
Razão entre a renda média apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 40% mais pobres	21,5	23,2	22,5	24,1
Porcentagem da renda apropriada pelos 50% mais pobres	13,1	12,6	12,8	12,3
40% mais pobres	8,66	8,18	8,41	7,93
10% mais ricos	46,5	47,4	47,3	47,7
1% mais rico	12,7	13,3	13,4	13,7

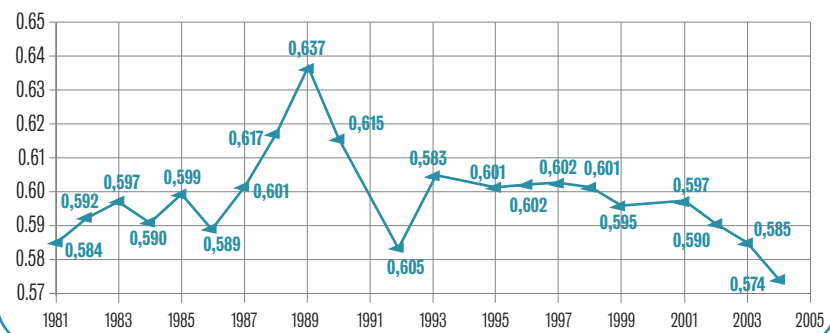
Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 1981 a 1999.

Tabela 2 Mudanças na distribuição de renda de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos, incluindo o benefício do Bolsa Família, explicam queda na desigualdade de renda entre 2001 e 2004

Indicadores	2001 (Gini)	2004 (Gini)	Variação (pontos percentuais)	Contribuição do Programa Bolsa Família (%)
Desigualdade na renda familiar per capita (DRFPC)	0,597	0,574	-0,024	-
DRFPC, excluindo-se a caderneta de poupança e outras aplicações, dividendos e outros rendimentos	0,598	0,580	-0,018	24,2
DRFPC caso a distribuição da renda de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos em 2004 fosse igual à de 2001	0,597	0,579	-0,018	21,8
DRFPC caso a distribuição da renda de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos em 2001 fosse igual à de 2004	0,593	0,574	-0,020	17,1
Média dos dois casos anteriores	0,595	0,576	-0,019	19,5

Fonte: Estimativas realizadas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2001 e 2004.
 Nota 1: Na Pnad a renda de transferências do Programa Bolsa Família é computada como renda de juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos.

Gráfico 1 Evolução temporal da desigualdade de renda no Brasil medida pelo Coeficiente de Gini (1981-2004)



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2001 a 2004.